

**RESENHA - Polanyi, Karl. A grande Transformação: as origens de nossa época.**  
Rio de Janeiro, Campus, 1980. 360 p.

Maria Ignez S. Paulilo<sup>1</sup>

Nota explicativa: Esta resenha foi escrita em 1982 e teve uma pequena circulação, na época, entre colegas e alunos<sup>2</sup>. Quem me estimulou a ler a obra de Karl Polanyi, publicada originalmente em 1944, foi meu então orientador de doutorado, Otávio Velho, cujo pioneirismo e ousadia intelectuais são bastante conhecidos. Sou muito grata a ele por ter me apresentado a um autor que “antropologiza” a economia, que contesta a visão de que as leis do mercado são “férreas” e, portanto, superiores a qualquer vontade de mudança. A primeira edição brasileira é de 1980. Depois de esgotada essa edição, o livro ficou fora das prateleiras por 20 anos. A segunda edição só saiu em 2000 pela mesma editora. Na última década, vejo as idéias de Polanyi serem recuperadas pela Sociologia Econômica e pela Economia Solidária. Reli todo o livro e o resumo que havia escrito e resolvi deixar meu texto como estava, com a linguagem do início dos anos 1980 e com a marca da surpresa que as idéias do autor causava em quem, como eu, estava acostumado com a rigidez do estruturalismo, rigidez que os movimentos sociais puseram em cheque. Se republico o resumo agora é para estimular a leitura de “A grande transformação”.

Não é fácil resumir uma obra, quando a compreensão que dela se teve foi lenta e desestruturadora. Polanyi, ao expor sua tese central e, principalmente, ao desenvolver os argumentos que a sustentam, coloca em cheque pontos que já nos acostumáramos a ter como pacíficos. Uma segunda dificuldade veio do próprio estilo do autor. A maneira quase brutal com que ele lança primeiro suas conclusões, levando de roldão vários períodos históricos para, depois, desenvolver a demonstração de suas idéias, fez com que só compreendêssemos os primeiros capítulos durante a leitura dos últimos. Depois de várias tentativas optamos por, na elaboração da resenha, romper com a organização da obra feita pelo autor, expondo o tema de acordo com a ordem de nossa própria compreensão. Isso não foi feito, porém, sem uma grande sensação de perda. Não acreditamos que uma resenha (e, infelizmente, muito menos a que fizemos) possa retratar a contundência, a riqueza e a potência das idéias contidas no livro em questão.

## **1 Objetivos**

O autor se propõe a, nas suas próprias palavras, “traçar o mecanismo institucional da queda de uma civilização”, isto é, propõe-se a dar conta da falência de um sistema econômico especial, a economia de mercado, e de sua contrapartida, o liberalismo, vigentes na Europa no século XIX, através da análise de como se estabeleceram e ruíram suas principais instituições. O fim desse sistema identifica-se, para ele, com o fim de uma civilização, porque toda a organização social européia do século passado girou em torno da predominância do econômico sobre as outras instituições. O fracasso primeiro, portanto, significou a ruína de uma determinada forma de sociedade que nele se apoiava.

O ponto central da argumentação de Polanyi é que o estabelecimento de um sistema de mercado auto-regulável foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente. A sociedade na tentativa de proteger-se inviabilizou esse projeto, a ponto de não deixar em pé nenhuma das quatro instituições que o fundamentavam, e que formavam o cerne da civilização do século XIX. São estas instituições as seguintes:

- a. Sistema de equilíbrio e poder;
- b. Padrão-internacional do ouro;
- c. Mercado auto-regulável e
- d. Estado liberal.

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC

<sup>2</sup> Foi publicado no Boletim de Ciências Sociais, n. 25. Pelo fato do nosso Boletim ser mimeografado na época, agora, mesmo que tenham sobrado alguns, estão ilegíveis, suas páginas se apagaram.

A primeira delas, o sistema de equilíbrio de poder, é mostrada, segundo o autor, por um fenômeno histórico sem precedentes que é a paz dos cem anos, de 1815 a 1914. Paz apenas no sentido de não haver conflito armado entre as grandes nações, pois foi uma época violenta, estabilizada à custa da sufocação de rebeliões que poderiam tomar proporções maiores. A paz era mantida não em função do bem-estar humano, mas da lucratividade dos negócios que pressupunha, pelo menos, uma tranquilidade relativa entre os países economicamente envolvidos. A responsabilidade por essa paz, a nível institucional, foi mantida primeiro, e durante três décadas, pela Santa Aliança e, depois, pelo Concerto das Nações.

O padrão-ouro decorreu da necessidade de uma moeda estável para servir de denominador comum às trocas internacionais. De acordo com as teorias econômicas da época, o dinheiro deveria ser uma mercadoria igual às outras. A mercadoria eleita foi o ouro. Esta foi a última das quatro instituições a ruir porque, mesmo quando as outras três estavam já abaladas, a crença na viabilidade do mercado internacional e, mais que isso, a crença neste mercado como uma tábua de salvação numa época de crise, fez com que os países europeus empreendessem sacrifícios para manter a moeda estável.

O mercado auto-regulável significa que o equilíbrio da economia seria obtido, exclusivamente, através do mecanismo de preços e, portanto, dentro da própria esfera do econômico.

A quarta e última instituição, o estado liberal, foi uma decorrência da autonomia do econômico. Ao estado cabia não interferir para que a economia encontrasse seus próprios caminhos.

Como, para Polanyi, a civilização do século XIX ruiu porque estava assentada sobre uma forma de economia inexequível, que era o sistema de mercado auto-regulável, sua queda só poderá ser compreendida, para ele, quando se esclarecer como a idéia desse sistema surgiu e foi posta em prática. Para isso, remete-se ao que considera o berço desta instituição, qual seja, a Inglaterra do século XVIII.

## 2 Sociedade e Mercado na Inglaterra:

O complexo de transformações ocorridas no séc. XVIII na Inglaterra provocou, segundo o autor, uma catastrófica desarticulação na vida social inglesa, só comparável à provocada pelo fechamento dos campos, séculos antes. Os primeiros elementos causadores dessas mudanças foram:

- a. Fé inabalável no progresso;
- b. Ênfase no utilitarismo cru e
- c. Plena confiança nas propriedades auto-curativas do desenvolvimento econômico.

A busca do progresso levou à descoberta de máquinas dispendiosas cujo uso, para ser lucrativo, pressupunha uma série de condições que não existiam e que, portanto, precisaram ser criadas. A mais fundamental destas condições foi a de que todos os fatores necessários à produção deveriam estar à venda, inclusive a terra, o trabalho e o dinheiro. Transformar a terra e o trabalho em mercadoria, tornando comercializáveis a própria atividade humana e a parte da natureza onde ela se processa significaria, segundo o autor, a desarticulação da vida social, a submissão da sociedade ao mercado. Nesse sentido, o desenvolvimento do mercado não foi, para ele, um processo natural, isto é, não estava de acordo com as tendências evolutivas anteriores desta mesma instituição.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Aqui fazemos um parêntese para discutir o uso do termo “natural” por Polanyi. Pelo que pudemos deduzir, ele o emprega no sentido de algo que não rompe com o que tradicionalmente vinha sendo feito. Há, para nós, uma identidade entre natural e tradicional que aparece em vários pontos do livro. Seleccionamos dois trechos que consideramos mais elucidativos e os contrapomos abaixo:

“Nossa tese é que a idéia de um mercado auto-regulável implica numa rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade...”  
(POLANYI, 1980: p. 23, o grifo é nosso)

Para Polanyi, embora os mercados sempre tenham existido, foi só no século XIX que se transformaram no princípio organizador da sociedade, emergindo das relações sociais onde, anteriormente, estavam submersos. Para que isso acontecesse, foi necessário uma ruptura com a ordem social tradicional, ruptura essa que se deu em dois momentos, sendo o primeiro, com a imposição da política mercantil, e o segundo, com o surgimento do mercado auto-regulável.

Para o autor, até o período feudal, a ordem na produção e distribuição era garantida por um ou mais de três princípios: reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Esses princípios vinham ao encontro de três padrões correspondentes: simetria, centralização e autarquia (auto-subsistência). No século passado, esta ordem tradicional foi rompida. Para que se compreendesse melhor como isso se deu, Polanyi divide o mercado em três tipos: local, interno (nacional) e externo (internacional) e os analisa separadamente. Para ele, o mercado local limitava-se às mercadorias da região. O externo baseava-se na ausência de alguns tipos de bens em determinadas regiões. Esses dois mercados não eram competitivos, mas complementares. Tiveram origens e funções diferentes, mantendo-se distintos durante todo o período medieval. Se o desenvolvimento posterior tivesse decorrido naturalmente dessa situação, os dois mercados permaneceriam distintos, pois, além de origens e funções diversas, o comércio local sempre foi uma instituição cercada de salvaguardas para proteger seus limites. Nessa época, as relações de troca eram apenas uma das muitas relações sociais e obedeciam as mesmas regras impostas a todas. Ora, as cidades medievais eram cercadas por medidas auto-protetoras e regulamentações que atingiam, também, o mercado de bens locais. Esta instituição só se liberou dos laços protetores, não através de uma evolução natural, mas sob a ação direta e deliberada do Estado que, nos séculos XV e XVI, impôs às cidades o sistema mercantil, eliminando a separação entre os dois comércios. Estas instituições perderam, então, seu aspecto complementar e se tornaram competitivas dentro de um mercado agora nacional.

O ponto fundamental a ser realçado aqui, no que se refere às idéias de Polanyi sobre o mercado nacional, é que, embora o desenvolvimento desta instituição significasse um rompimento com as tendências anteriores, ainda prevaleceu, na época mercantilista, o aspecto tradicional da regulamentação contra o novo elemento da competição, e os princípios da domesticidade e da auto-suficiência continuaram sendo a base desse sistema econômico organizado em bases nacionais.

A grande inversão na ordem tradicional só veio, para o autor, com o surgimento da idéia de um mercado auto-regulável<sup>4</sup>. Só então, os princípios anteriores foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. Enquanto o mercantilismo unificou condições já existentes, a economia de mercado exigiu condições ainda não existentes, que tiveram que ser criadas. A principal delas foi a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. Como, pela própria definição, mercadoria é algo produzido para a venda e nenhum desses três fatores o são, eles não podem ser mercadoria reais pelo simples fato de que isso era impossível. O raciocínio com relação ao dinheiro é mais complicado e nos deteremos nele mais adiante, mas, com relação à terra e ao trabalho, essa impossibilidade se torna evidente, para o autor, quando ele lembra que

“... o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos dos quais se constituem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado”.

---

“Não era concebível uma economia de mercado que não incluísse um mercado de trabalho, mas estabelecê-lo, especialmente na civilização rural da Inglaterra, significava nada menos do que destruir totalmente o tecido tradicional da sociedade.” (POLANYI, 1980: p. 89, o grifo é nosso)

<sup>4</sup> É preciso não esquecer que quando Polanyi fala em mercado auto-regulável, por ele definido como “uma economia dirigida pelos preços de mercado e nada além dos preços do mercado”, está falando de um projeto que não se concretizou, e que não o fez por ser utópico. Em outras palavras, a falência desse sistema foi provocada pela sua própria inexequibilidade.

Para Polanyi, a civilização do século XIX foi marcada por esse impasse. Enquanto o desenvolvimento do mercado exigia a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria, se isso realmente acontecesse, a sociedade se aniquilaria. A história desse século é, portanto, o resultado de um duplo movimento: ampliação do mercado em relação às mercadorias verdadeiras e restrição com relação às fictícias. Como esses dois movimentos são, para ele, incompatíveis, a civilização do século passado ruiu. Para comprovar sua tese, Polanyi faz um histórico tanto do liberalismo quanto da reação conservadora que ele chama de “protecionismo”.

### 3 O nascimento do credo liberal

Para Polanyi, o liberalismo surgiu primeiro apenas como uma reação aos métodos burocráticos, mas terminou como uma verdadeira fé na salvação do homem, através do mercado. De início, na França, o *laissez-faire* significava, somente, a livre exportação de cereais e, na Inglaterra, a libertação das regulamentações da produção mas não das do comércio. Porém, por volta de 1820, já o liberalismo era sinônimo de seus três dogmas fundamentais: mercado de trabalho, padrão-ouro e livre comércio.

Com a vitória política das classes médias em 1832, a constituição do primeiro desses dogmas foi facilitada pela abolição das leis que regulamentavam a assistência aos pobres. Ao mesmo tempo, o liberalismo começou a passar da esfera da produção para a da troca, havendo a necessidade de um meio circulante sólido, no caso o padrão-ouro. A isto se uniu o livre comércio porque, para o liberalismo, estes três aspectos tinham que estar necessariamente juntos, ou a sua nova proposta de um sistema global de mercado falharia. A economia liberal foi, na realidade, imposta pelo estado o que, para Polanyi, é, em última análise, uma contradição. Assim como a máquina, paradoxalmente, aumentou a utilização do trabalho humano, a introdução dos mercados livres aumentou a regulamentação e a intervenção. E, mais que isso ainda, enquanto a economia liberal dependeu da ação deliberada do estado, as restrições a ela surgiram espontaneamente.

A visão das reações ao liberalismo como algo espontâneo é outro ponto de divergência entre o autor e os pensadores liberais. Enquanto para estes últimos, houve uma “conspiração coletivista”, derivada da impaciência, ambição e estreiteza de visão das pessoas da época, impedindo a vitória do liberalismo, para Polanyi, as reações não foram mais do que tentativas realistas de sobrevivência da sociedade, ameaçada de destruição total pela utopia do sistema de mercado. Como provas desta sua tese, o autor afirma que:

- a. A surpreendente diversidade de assuntos que o coletivismo atingiu, exclui a possibilidade de ação combinada;
- b. A maioria dos que punham em prática tais medidas eram liberais convictos;
- c. As mudanças para as soluções coletivistas surgiram da noite para o dia, excluindo a possibilidade de que fossem devidas a mudanças gerais de opinião;
- d. A configuração política e ideológica bastante diferente em países como a Inglaterra, a Prússia de Bismarck, a França da Terceira República e o Império dos Habsburgos, aliada a diferentes credos das pessoas que introduziram as modificações coletivistas, não impediram que cada um desses países passasse por um período de *laissez-faire*, seguido por uma legislação anti-liberal;
- e. Os próprios defensores do liberalismo econômico pregaram restrições à liberdade, quando esta entrava em conflito com o mercado auto-regulável.

O autor chega, inclusive, a distinguir entre liberalismo econômico e *laissez-faire*. Para ele, o primeiro, enquanto princípio organizador de uma sociedade baseada em mercado auto-regulável, não era incompatível com o intervencionismo.

Outro ponto que o autor discute, entrando em choque tanto com liberais quanto com marxistas, é o de que o protecionismo tenha sido uma ação de classe. Para Polanyi, não se pode entender ação de classe fora da sociedade como um todo. O problema central não seria que tal classe tivesse tal interesse, mas sim como ela consegue obter um resultado positivo, o que só é

possível com o apoio de outras camadas. Um segundo aspecto também equivocado desta mesma questão, segundo o autor, é a doutrina da natureza essencialmente econômica dos interesses de classes. Embora não negue os interesses monetários, afirma que eles nunca são exclusivos; e que só tendo isso em mente é possível entender o protecionismo, pois este movimento foi motivado por interesses sociais, e não econômicos, de diferentes segmentos da população que se viam ameaçados. O mercado de trabalho competitivo ameaçou o trabalhador, o comércio livre ameaçou a agricultura e o padrão-ouro, por sua vez, ameaçou as organizações produtivas que dependiam do movimento relativo dos preços.

Com base nas afirmações acima, Polanyi segue discutindo como, na tentativa de constituição dos mercados de trabalho, terra e dinheiro, os interesses econômicos e sociais das diferentes classes interagiram, provocando choques constantes entre liberalismo e protecionismo.

#### **4 A constituição do mercado de trabalho**

Até 1795, vigorava na Inglaterra o “Decreto de Domicílio” de 1662, que restringia cada trabalhador à sua paróquia, impedindo a criação de um mercado de trabalho nacional. Quando esse decreto caiu em desuso, uma nova regulamentação continuou dificultando a formação deste mercado. Esta nova regulamentação foi a “Speenhamlan Law” ou “Sistemas de abonos”, que vigorou até 1834. Esta lei estabelecia que cada pobre receberia uma renda mínima, independente de seus proventos, fixada de acordo com o preço do pão. Como o trabalhador tinha direito a esse auxílio mesmo quando empregado, tanto a produtividade do trabalho quando os salários baixaram a nível inaceitáveis, gerando pauperismo em larga escala. Essas conseqüências não previstas da “Speenhamland Law” mostraram aos ingleses que não era viável criar uma ordem capitalista sem mercado de trabalho nacional.

O surgimento de um “sistema de abonos”, na época em que ele se deu, é mais uma prova, segundo o autor, da contradição fundamental da sociedade do século XIX: tentar proteger sua antiga organização social e, ao mesmo tempo, expandir o mercado de trabalho. Esse sistema surge no momento em que o “Decreto de Domicílio” estava sendo abolido, já em conseqüência do fato de que a Revolução Industrial exigia um mercado nacional de trabalhadores e, por paradoxal que pareça, a nova lei também não favorecia a formação deste mercado. Para o autor, a “Speenhamland Law” surgiu, em primeiro lugar, porque as pessoas da época não viam com clareza o processo a que estavam submetidas. Não percebiam que o pauperismo decorria da desorganização do mundo rural, causada pela própria expansão do mercado. Queriam, portanto, incrementar o comércio e, ao mesmo tempo, diminuir o número de pobres. Em segundo lugar, esse sistema atendia aos interesses dos proprietários rurais, na medida em que os protegia da competição que os altos salários da cidade faziam à baixa remuneração do campo. Os abonos, garantindo a sobrevivência do trabalhador, mantinha-o em sua aldeia.

Embora esse “Sistema de abonos” tenha, a curto prazo, sido compensador para os proprietários de terra, a longo prazo, teve duas conseqüências desastrosas. A primeira delas é a queda da produtividade do trabalho e dos salários. A segunda é que os trabalhadores, desenraizados de suas tradições, só poderiam sobreviver se formassem uma nova classe, mas o paternalismo dos abonos impediu esse processo, levando a uma grande desmoralização popular. A moderna classe trabalhadora só surgiu com a abolição da “Speenhamland Law”, cujo fim se deu de uma forma abrupta mas não inesperada, pois já havia uma descrença geral em sua eficácia. O pauperismo continuava aumentando. A solução proposta, na época, foi a criação de um mercado de trabalho a nível nacional. Com a “Poor Law Reform”, surgida na década de 1830, a assistência social restringiu-se às pessoas consideradas indigentes, que deveriam ser recolhidas aos albergues. Os pobres, desempregados e sem assistência, ficavam entre ingressar a qualquer custo no mercado de trabalho, ou sofrer a desmoralização de ser albergado.

Para Polanyi, a discussão em torno da “Poor Law” é muito importante, porque foi com relação à pobreza que se começou a pensar a vida numa sociedade complexa. Foi em torno desse problema que se formaram as mentes de Bentham e Burke, Godwin e Malthus, Ricardo e

Marx, Robert Owen e John Stuart Mill, Darwin e Spencer. Toda essa reflexão se deu dentro da economia política, que refletiu as contradições da época, desembocando em duas perspectivas opostas: progresso e aperfeiçoamento, de um lado, determinismo e perda, de outro. Na prática também foram duas as tendências: auto-regulamentação opondo-se à competição e conflito. Em outras palavras, liberalismo econômico e consciência de classe.

O único dos pensadores da época que, segundo o autor, percebeu a verdadeira raiz do problema foi Robert Owen. Para ele, a solução do pauperismo estava na sociedade e não no mercado, cuja expansão não era isenta de males, os quais deveriam ser contidos através da legislação. Um dos pontos que Owen criticava era a total dependência do trabalhador perante a fábrica. Toda a sua subsistência dependia dela em virtude da quase total desarticulação do modo de vida anterior da população. Para Polanyi, ele só não percebeu que o controle através da legislação era incompatível com o sistema de mercado auto-regulável.

Durante todo o século XIX, protecionismo e liberalismo se antagonizaram, antagonismo esse que se aprofundou pelo fato de que o protecionismo era defendido pelas classes trabalhadoras e fundiárias e o liberalismo, pelas classes médias. Com isso, duas funções vitais da sociedade, a política e a economia, estavam sendo usadas como armas numa luta entre interesses diferentes. O choque entre liberalismo e proteção social, interagindo com o conflito de classe, transformou, para Polanyi, o que deveria ser uma crise em uma catástrofe.

## 5 A constituição do mercado de terras

A constituição de um mercado de terras era, para o autor, algo tão utópico quanto a constituição de um mercado de trabalho. A função econômica da terra é, para ele, apenas uma de suas funções. Ela significa, também, habitação, segurança, estações do ano, enfim "... o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado". Mas, mesmo assim, a constituição desse mercado foi levada adiante. Embora o solo não seja mobilizável, os bens nele produzidos o são através do transporte. É ao livre comércio dos bens agrícolas que Polanyi se refere ao falar na transformação da terra em mercadoria.

O autor distingue três etapas no processo de mobilização de terras:

- a. Início da comercialização do solo;
- b. Aumento da produção de alimentos e matérias primas orgânicas para atender a população industrial e
- c. Divisão do trabalho aplicada ao planeta todo.

Nesta terceira fase, a interdependência entre os países atingiu até as atividades cotidianas de suas populações, tais como alimentar-se, vestir-se, etc.

Do mesmo modo que a constituição de trabalho ameaçou parte da população, no caso, as classes trabalhadoras, o livre comércio de bens agrícolas pôs em sobressalto as classes fundiárias. O desenvolvimento do sistema de transportes, ligado à criação dos impérios coloniais, fez com que uma avalanche de cereais invadisse a Europa, baixando o preço desses produtos. Em consequência, os proprietários de terras exigiram leis protetoras para o trigo. Aqui, novamente em semelhança com o caso anterior, protecionismo e liberalismo interagiram com conflitos de classe. A favor da mobilização das terras estavam, de um lado, as classes comerciais devido aos lucros que isso lhes proporcionava e, de outro, os trabalhadores, porque a mobilização tornava os alimentos mais baratos. Contra, estavam os proprietários rurais, que eram obrigados a baixar o preço de seus produtos e, também, os militares e o clero que eram classes que haviam perdido suas funções mais imediatas e, portanto, tendiam a uma posição conservadora.

Para Polanyi, o que realmente importa nesse jogo de forças entre diferentes grupos, é que a aristocracia feudal manteve a sua influência e, a despeito das oposições, conseguiu a promulgação das leis protetoras. Isso se explicaria, segundo o autor, porque a mobilização de terras era uma ameaça à sobrevivência da sociedade. Seus defensores não estavam levando em conta que a relação dos agricultores com a terra é uma relação que pressupõe estabilidade. Os

aperfeiçoamentos são feitos ao longo de gerações que tem na terra seu ponto de referência para a orientação da vida cotidiana. Não era possível, como queriam os comerciantes, que ela fosse vista, apenas, como uma mercadoria que poderia trocar de mãos ou de usos a qualquer momento. Os proprietários de terra ao se oporem à nova situação estavam, na realidade, indo de encontro aos anseios mais profundos da população. Se os interesses da aristocracia foram tão bem definidos, nesta ocasião, é porque “as classes conseguem se aproveitar, desproporcionalmente, daqueles mesmos serviços que parecem prestar à comunidade como um todo”.

Outro fator também influenciou para que a reação conservadora se impusesse. O sistema de mercado foi a forma de economia mais refratária a tumultos de todos os tempos. Qualquer ameaça de instabilidade abalava os negócios, os preços caíam, a moeda se desestabilizava, etc. Portanto, a posição reacionária também era imprescindível ao sistema e, por isso, a burguesia necessitava dos proprietários de terra, dos militares e do clero para reforçar “a lei e a ordem”, para manter a classe trabalhadora acomodada. Assim, sua desavença com essas classes não chegaram a um ponto de ruptura.

Para Polanyi, a importância do conservadorismo aumentou ainda mais após a Primeira Guerra Mundial. Na situação de instabilidade que a precedeu, a influência dos proprietários rurais foi reforçada pela crescente valorização da auto-suficiência agrícola. O conflito mundial havia posto em dúvida a perenidade do livre comércio e alertado para os perigos da interdependência. Também, a ânsia por uma volta à estabilidade fez com que o prestígio do campesinato, classe que na época estava disponível para exigir a manutenção da ordem, se elevasse a ponto de uma verdadeira ditadura camponesa. Esse prestígio só decaiu com a arregimentação da classe média baixa urbana para a formação de tropas de choque fascistas e, também, com a consolidação do estado.<sup>5</sup>

## 6 A constituição do mercado de dinheiro

A longo prazo, mudanças nos preços podem não afetar o lucro, pois os custos subirão ou descerão de forma correspondente mas, a curto prazo, uma indústria pode falir antes de retomar seu equilíbrio. No século XIX, a causa da variação de preços foi a deflação. Como o dinheiro era a mercadoria ouro, sua quantidade só podia ser aumentada lentamente. A expansão da produção e do comércio levou a uma queda incontrolável dos preços. Já em épocas passadas, havia sido criado um dinheiro artificial para proteger o comércio. A dificuldade surgiu com a necessidade de câmbios externos estáveis e a conseqüente introdução do padrão-ouro. A questão ficou colocada, então, da seguinte forma: enquanto a mercadoria dinheiro era vital para o comércio exterior, o dinheiro convencional era para as transações domésticas. O problema era como conciliar as duas coisas. Como, no século XIX, a prioridade foi dada ao comércio externo, sempre que o câmbio estava ameaçado de depreciação, rebaixava-se os preços internos. Para evitar quedas bruscas, foram criados os bancos centrais, com a função de organizar a deflação de modo a absorver o choque e distribuir sua carga sobre os “ombros mais fortes”. Mas, apesar desses bancos, os negócios foram se desorganizando cada vez mais, houve desemprego em massa e, por fim, o abandono do padrão-ouro.

Para o autor, grande parte da incompreensão das raízes do problema, na época, decorreu da teoria monetária que separava política e economia. O dinheiro era visto como uma categoria puramente econômica, apenas como uma mercadoria usada para a troca. Mas o dinheiro convencional não era uma mercadoria, era poder de compra, não era meio de troca, mas de pagamento. Sua administração era, também, um problema político, principalmente quando se acentuou a queda no nível dos preços. Para Polanyi, o grande significado institucional do banco central está no fato dele ter introduzido os problemas monetários na esfera política. Isso teve duas ordens de conseqüências. Em nível interno, o intervencionismo. Em nível externo, uma

---

<sup>5</sup> Polanyi não considera os proprietários de terras, o clero, os militares ou o campesinato como classes necessariamente conservadoras. Reagiram ao liberalismo só quando foram por ele ameaçadas.

valorização das moedas nacionais, permitindo ao banco central agir como pára-choque entre a economia interna e a externa. Apesar dessas mudanças, o credo liberal ainda continuou firme. De acordo com o autor, a partir de 1870, “o mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência”.

No caso do dinheiro, a queda da economia de mercado foi mais abrupta que no da terra e do trabalho. O fracasso final do padrão-ouro foi o fracasso final da economia de mercado.

### **7 Ruptura e transformação:**

Para o autor, a auto-regulamentação imperfeita do mercado gerou tensões nas esferas institucionais mais importantes. Na economia doméstica, trouxe o desemprego. Na política doméstica, a tensão entre as classes. Na economia internacional, a pressão sobre o câmbio. Na política internacional, as rivalidades imperialistas. A tensão surgiu na zona de mercado e daí difundiu-se para a esfera política, afetando ora o governo, ora o padrão-ouro, ora o sistema de equilíbrio de poder. Como cada área era relativamente independente, procurava a solução que se lhe adequasse melhor em detrimento das outras. Com isso, o desequilíbrio se alastrava cada vez mais.

Mesmo diante desse acúmulo de tensões, os liberais não admitiam a falência do sistema de mercado. Ao invés disso, atribuíram a culpa à já discutida “conspiração coletivista” e à “loucura imperialista”. Porém, para Polanyi, tanto quanto a primeira, o imperialismo foi uma consequência do protecionismo e, em última análise, do próprio sistema de mercado. Ele surgiu porque os governos acharam mais fácil impor as drásticas consequências desse regime aos povos politicamente desprotegidos e, também, porque as tarifas protecionistas de importação de um país dificultavam as exportações de outro, sobrando então as colônias como solução para o impasse.

Por volta de 1920, o fracasso do sistema internacional já era uma realidade diante da qual os países tentaram, basicamente, duas soluções: insistir no liberalismo, restaurando o padrão-ouro, ou tentar uma organização em bases socialistas.

Os países que continuaram a política liberal fizeram um esforço supremo para restaurar a auto-regulamentação e o comércio mundial. Para isso, eliminaram as políticas intervencionistas e restauraram o padrão-ouro. A prioridade dada aos câmbios estáveis foi tal que levou ao sacrifício mercados e governos livres. Destruiu-se, com isso, dois pilares do capitalismo liberal sem alcançar o verdadeiro objetivo proposto. A consequência foi um enfraquecimento da democracia que desembocou, em alguns países, na catástrofe fascista. Os Estados Unidos e a Inglaterra abandonaram o padrão-ouro a tempo de escapar desse perigo.

Para o autor, o fascismo foi um movimento que correspondeu às necessidades de uma situação objetiva. Esse movimento significou uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção das instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político. Embora se pretendesse um movimento de massa, sua força estava, realmente, no fato de seus adeptos contarem com a benevolência dos poderosos. Por isso, o autor fala de uma “situação fascista”, significando a existência das pré-condições necessárias à sua eclosão, e não chama o fascismo de “movimento”, mas sim de “passo”.

Como prova da importância das condições objetivas, Polanyi se refere ao fato de que o fascismo não possuía um corpo de dogmas próprios, aliando-se a outros movimentos, dos quais os mais importantes foram as contra-revoluções conservadoras e o revisionismo nacionalista. Porém, quando lhe convinha, podia defender posições opostas a eles. Outra prova do mesmo argumento é a sincronia entre suas eclosões e o enfraquecimento do sistema de mercado. De 1917 a 1923, os governos apelaram para a ajuda fascista para restabelecer a ordem. Atingindo este objetivo, o fascismo entrou em declínio, só reaparecendo após 1930, com a crise geral da economia. Devido a sua dependência de condições objetivas, o fascismo só foi vitorioso nos países onde foram usados como alavanca problemas nacionais insolúveis.

Assim como o fascismo, o socialismo foi também um resultado da incapacidade da economia de mercado em estabelecer ligações entre todos os países. Foi uma saída imposta à Rússia mais pela situação mundial, do que pela convicção dos revolucionários vitoriosos. Prova



disso é que o estabelecimento do socialismo em um só país era contrário à própria teoria marxista. Para Polanyi, enquanto a primeira parte da Revolução Russa, de 1917 a 1924, foi o último dos levantes políticos europeus tradicionais, seguindo o padrão da Revolução Francesa e do *Commonwealth* inglês, o início da coletivização nos anos 1930 foi a primeira das grandes mudanças sociais do mundo contemporâneo.

### **8 A liberdade numa sociedade complexa:**

Finalizando sua discussão sobre o liberalismo, o autor coloca a seguinte questão: é possível combinar a sociedade complexa, que necessita de regulamentação e controle para sobreviver, com a liberdade individual? O liberalismo, cuja defesa da liberdade se deve à ilusão de que a sociedade seja modelada apenas pelo desejo e a vontade dos homens, criou impasses que acabaram por dar origem ao fascismo. Onde estaria, então, a falha? Estaria, para Polanyi, no conceito de liberdade exclusivamente no sentido individual. Para ele, há necessidade de uma redefinição não mais em função do homem, mas da sociedade. O homem deve ter consciência de que a liberdade de que pode desfrutar é a liberdade possível, isto é, limitada pela sociedade. Este conhecimento deve ser algo similar ao conhecimento da morte. Diante do inevitável, a solução seria não gastar energias contra o impossível, mas usá-las para obter todo o possível.